



COMO ESTAMOS ESCRREVENDO A HISTÓRIA: UM RESUMO CRÍTICO CONTRIBUTIVO À SEMÂNTICA DE PAUL VEYNE.

RAUL DUARTE FERRAZ¹

RESUMO: Este artigo se propõe a construir uma síntese conceitual acerca das diretrizes historiográficas teorizadas por Paul Veyne em seu livro “Como se escreve a história”, que em edição posterior recebe à adição do texto “Foucault revoluciona a História”. Além disso, comentar as críticas que este conteúdo engendrou nas discussões do meio acadêmico, pontuando seus méritos metodológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia, metodologia, Paul Veyne, Foucault.

ABSTRACT: *This article proposes to build a conceptual synthesis about the historiographical guidelines theorized by Paul Veyne in his book “Writing History: Essay on Epistemology”. Additionally, comment on the criticism that was engendered by this content in the academic world, highlighting his methodological merits.*

KEYWORDS: *historiography, methodology, Paul Veyne, Foucault.*

¹ Licenciado em História pela UFPE.



No esteio do pós-estruturalismo, movimento intimamente relacionado ao pós-modernismo, Paul Veyne propôs diretrizes para o futuro do trabalho historiográfico. Como é inerente ao gênero, sempre que alguém postula uma ruptura com o que está estabelecido, é plausível que seja alvo de críticas, que podem ser construtivas e apontarem para possíveis revisões. Este foi o trajeto que esta obra que analisaremos percorreu, originalmente escrita em 1970 e, posteriormente, após o balanço das críticas, editada e relançada em 1978 - sendo esta última a que faremos menção - à obra original, foi adicionado o ensaio “Foucault revoluciona a História”. A edição de 1970 foi um marco contributivo para a virada linguística aplicada a História, uma vez que postulou o fato narrativo como forma de exterioridade por excelência do trabalho histórico, antes do historiador Hayden White vir a popularizar (e consequentemente realimentar a polêmica) a ideia e elaborar sua análise em 1973.²

Neste espírito, o autor polemiza logo na introdução de sua obra: “Não, a história não tem método: tentem pedir que lhes demonstrem seu método. Não, ela não explica coisa alguma, se é que a palavra explicar tem sentido; quanto ao que chama suas teorias, será preciso examiná-las de perto.”³ Nas orelhas erradas, isso soaria chocante. No entanto, para serem compreendidas e incorporadas ao trabalho do historiador, suas premissas teóricas requerem uma capacidade interpretativa refinada além de uma leitura atenta. Por exemplo, quando retirado do contexto livresco em sua totalidade, uma afirmação como essa pode facilmente ser contestada, porém, supondo um trabalho interpretativo que se espera que um historiador faça (visto que este é o público alvo do livro), logo será observado que o método a que Veyne se refere seria uma fórmula unívoca para a construção historiográfica, o que pode ser constatado por proposições posteriores em que o autor aponta o fato de que cada historiador acaba por desenvolver seu próprio método, por exemplo:

Até tecer na cabeça de cada historiador uma pequena filosofia da história pessoal, uma experiência profissional, em virtude da qual ele atribui um certo peso às causas econômicas ou à exigência religiosa, lembra ou não com tal ou tal hipótese retroditiva. É essa experiência (no sentido que se dá a de um clínico ou à de um confessor) que se toma pelo famoso ‘método’ da história.⁴

Nota-se a distância entre a construção total do sentido das proposições que se relacionam, uma na introdução e outra que poderia, em discurso, ser complementar apenas 114 páginas depois. O livro é cheio dessas colocações, que requerem atenção e uma boa memória. Este artigo não se engana de esgotá-las.

No intuito de facilitar a compreensão das ideias de Veyne, este trabalho se caracteriza como uma contribuição à apreensão semântica de suas diretrizes que tentaremos sintetizar

² Cf. WHITE, Hayden. Meta-história: a imaginação histórica do século XIX.

³ VEYNE, Paul. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. 1998, p. 11.

⁴ Idem, p. 125.



em formas conceituais, por meio de um exercício hermenêutico, desenvolvido por uma revisão bibliográfica aonde se considera, também, algumas críticas relacionadas a seus múltiplos possíveis sentidos. Começando por delimitar o campo de atuação da disciplina histórica, o autor afirma que neste espectro se encontra todo o passado (ressaltando suas indeterminações), desde que tenha realmente acontecido⁵. Porém, o objeto da pesquisa histórica seria, até então, o sentido conceituado por “evento”⁶, que, repetidamente, ao longo do texto, o autor trará também como “acontecimento”. Eventos esses que tiveram o homem como ator, mas não porque assim a história transcendentemente demanda, mas por desígnio da ótica escolhida⁷. O autor aponta que os próprios documentos são acontecimentos e, como acontecimentos, são inesgotáveis.⁸

Porém, o campo histórico, o passado, é cheio de acontecimentos que foram ou não analisados pela atividade historiográfica, que deixaram ou não registros, e neste sentido, o autor aponta que o evento pelo qual a História se interessa é aquele que “destaca-se sobre um fundo de uniformidade; é uma diferença”⁹. Se referindo ao trabalho historiográfico já realizado (utilizando exemplos que vão de Bloch até Tucídides), ele utiliza o termo “história factual” para este conjunto, enquanto o objetivo do futuro da prática seria desbravar, cada vez mais o restante, que seria a “história não-factual”, que resume-se: “Denominar-se-á, portanto, não-factual a historicidade da qual não temos consciência como tal”¹⁰. Internamente a cada evento, existem inúmeros “fatos” que podem ser de diferentes naturezas (política, social, econômica, etc)¹¹ e que

[...] não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa; a gênese da sociedade feudal, a política mediterrânea de Filipe II ou somente um episódio dessa política, a revolução de Galileu. [...] os fatos não existem isoladamente, mas têm ligações objetivas; a escolha de um assunto de história é livre, porém, dentro do assunto escolhido, os fatos e suas ligações são o que são e nada poderá mudá-los; a verdade histórica não é nem relativa, nem inacessível¹²

Dito isso, as relações entre os diferentes fatos de um evento formam um “campo factual” cuja descrição parcial (esse campo, em sua totalidade, é inesgotável) é, também, o trabalho

5 Idem, p. 25.

6 Idem, p. 18. Cf. citação “A história é uma narrativa de eventos: [...]”.

7 Idem, p. 17.

8 Idem, p. 54, somada a elucidação contida na nota 5 do capítulo que remete a esta página, e que se localiza na p. 63.

9 Idem, p. 19.

10 Idem, p. 29.

11 Idem, p. 29-31. Cf. tópico “Os fatos não têm dimensões absolutas”.

12 Idem, p. 42.



do historiador e qualquer itinerário que o historiador escolher como foco de abordagem é válido, embora talvez não tão interessante “[...] neste espírito, a configuração do terreno factual é real, e dois historiadores, tomando o mesmo caminho, verão o terreno da mesma maneira ou discutirão, muito objetivamente, qualquer incompatibilidade.”¹³

É neste jogo de objetividade (campo factual) e subjetividade (trama) que se situa a perspectiva de Veyne, por isso a negação de um “método” generalizado para o *métier* historiográfico. O conceito de “trama”, da forma como é construído pelo autor, representa o recorte do evento (logo, um evento é susceptível de ser disperso por várias tramas, e seus dados podem ser enquadrados em categorias heterogêneas [político, social, etc]) que é abstraído pela subjetividade do historiador, e que por meio de sua narrativa (e lógica argumentativa), se torna compreensível e possivelmente justificável; em cada trama, dependendo do foco de abordagem, se destaca os aspectos de determinado(s) âmbito(s) fatídico(s) do evento (conforme dito previamente, político, social, etc)¹⁴. Neste contexto, surgem algumas das afirmações que podem facilmente serem contestadas se isoladas como “tudo é histórico, mas existem somente histórias parciais” e “já que tudo é histórico, a história será o que nós escolhermos”, porém, subjetivo não significa arbitrário¹⁵.

Procurando responder a “que espécie de interesse visa a satisfazer por natureza o gênero histórico?”, o autor nega que a História tenha um caráter inerentemente humanista (não confundamos humanismo com antropológico [embora ele não negue que ela possa ter, só não o é necessariamente])¹⁶ ao mesmo tempo em que nega a tese “weberiana” da História como julgamento de valor - também negada em outros autores como em Ginzburg resgatando Marc Bloch: “Acossado pelo dilema ‘julgar ou entender’, Bloch não hesitou em preferir o último”¹⁷ - face ao argumento de que o historiador se interessaria por tudo, desde que aquilo fosse pertinente a trama que ele pretende desenvolver¹⁸. Sendo assim, a História se interessa por “acontecimentos individualizados, [...] mas não é sua própria individualidade que a interessa, ela procura compreendê-los, isto é, encontrar neles uma espécie de generalidade ou, mais precisamente, de especificidade”¹⁹. Destarte, o conceito de “especificidade” não deve ser confundido com a singularidade individual, que embora factualmente exista, não serve de suporte a uma análise histórica. A especificidade seria o que determinado indivíduo, objeto, acontecimento teria como diferencial e representativo que poderia ser abstraído para representação de uma parte da trama, a

13 Idem, p. 45.

14 Idem, p.44.

15 Idem, p. 49.

16 Idem, p. 51.

17 GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. p. 345.

18 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 53-56. Cf. tópico “Weber: a história seria relação de valores”. Destaco aqui a argumentação da atenção ao personagem Rei Luis XIV em detrimento a atenção dada a seu alfaiate, que ele aponta que se a trama for sobre a história da moda, e não política, talvez os papéis se invertissem.

19 Idem, p. 56.



síntese que o historiador viria a fazer (classe social, classe política, conjunto de alfaiates), uma característica que seria passível de se construir uma análise histórica:

[...] longe de ser relação de valores, a história começa por uma desvalorização geral: Brigitte Bardot e Pompidou não são mais individualidades notórias, admiradas ou desejadas, mas representantes de sua categoria; a primeira é uma estrela, o segundo divide-se entre o tipo dos professores que se voltam para a política e o dos chefes de Estado. Passou-se da singularidade individual à especificidade, isto é, como ser inteligente (é por isto que “específico” quer dizer ao mesmo tempo “geral” e “particular”).²⁰

Este conceito é uma chave para as modificações das articulações e abordagens historiográficas, uma vez que posto em prática, abre o leque para a aceitação dos estudos de diversas culturas que ainda hoje (porém antes o eram muito mais) são ignorados nos maiores centros acadêmicos nacionais²¹ e internacionais.

Essa busca das especificidades, metodologicamente profícua, é acompanhado por uma argumentação que sustenta uma justificativa da disciplina histórica como um “saber por saber”²², que pode ser erroneamente tomado como uma forma de amortecimento das capacidades modificativas da realidade, da *práxis*, que as ciências humanas propõem comumente em suas críticas. No entanto, é necessário ressaltar que ele aponta esta inerente curiosidade como o motor da historiografia no sentido generalizado e amplo, e não nega que haja práticas (e correntes) específicas dentro da disciplina (como o próprio Heródoto em suas “Histórias” escrita com o intuito de que o passado não se repetisse) cujo objetivo vá além da mera curiosidade, além de um saber por saber.

Para determinar o conceito de “consciência” enquanto relacionada a historiografia, Veyne irá propor que a escrita da história é uma atividade intelectual em detrimento da perspectiva de que o homem, estando ele próprio imerso na História, estaria sempre “se pintando” ao “pintar” a História - perspectiva essa que apontaria para um estado aonde o “conhecimento histórico só seria intelectual pela metade; ele teria alguma coisa de radicalmente subjetivo, que faz parte da consciência ou da existência”²³. Embora atribua um lugar pontual para a subjetividade na historiografia, a consciência histórica

²⁰ Idem, p. 56-58. Cf. tópico “A história ligada ao específico”.

²¹ Podemos ressaltar o fato de que as primeiras cadeiras de História da África no Brasil datam da década de 1950. Porém, naturalmente a História da África é ululantemente conectada as nossas origens, e não podemos dizer que há uma “desvalorização geral” no avanço configurado pelo seu aparecimento. O mérito da modificação da prática historiográfica, se consciente deste conceito, seria a quebra de um preconceito valorativo, uma “abertura de mente” para possibilidades historiográficas, para a busca do não-factual.

²² Idem, p. 59-60. Cf. citação “Vê-se o que é a imparcialidade do historiador; ela vai mais adiante do que a boa-fé, que pode ser partidária e geralmente é difundida; ela consiste menos na firme intenção de dizer a verdade que no fim a que se propõe, ou melhor, no fato de não se propor nenhum objetivo em particular, exceto o de saber por saber; ela se confunde com a simples curiosidade, curiosidade esta que provoca num Tucídides o conhecido desdobramento entre o patriota e o teórico, de onde vem a impressão de superioridade que dá seu livro. O vírus do saber pelo saber vai até provocar em seus portadores uma espécie de gozo quando vêm desmentidas convicções que lhes são caras; [...]”

²³ VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 67-68.



como algo espontâneo, inerente a existência, é algo que o autor irá negar. Argumenta que esta consciência nada mais é do que a construção cultural individual, uma vez que a priori, “tudo o que a consciência conhece da história é uma estreita franja de passado, cuja lembrança é ainda viva na memória coletiva da geração atual”²⁴ e que a consciência espontânea, que seria a consciência que de fato existe, não possuiria a noção de história.

Em consonância com as tendências de pensamento historiográfico do seu período, como em Certeau:

*A história não é uma crítica epistemológica. Ela permanece um relato. Conta seu próprio trabalho e, simultaneamente, o trabalho legível num passado. Não o compreende, no entanto, a não ser elucidando sua própria atividade produtiva e, reciprocamente, compreende-se a si mesma no conjunto e na sucessão de produções das quais ela própria é um efeito*²⁵

O autor virá, finalmente, elucidar o motivo da negação do caráter “explicativo” do discurso historiográfico, argumentando que quando a historiografia vem a noticiar uma descoberta como a existência de determinado império geograficamente distante, ela não precisa necessariamente explicar, embora pudesse, pois “para a história o difícil seria não explicar, pois o menor fato histórico tem um sentido [...]”²⁶; porém, se é possível afirmar essa incapacidade da história em explicar, seria em virtude do preconceito bipolar epistemológico moderno que sujeitava as ciências a divisão entre “nomológicas” e “idiográficas”, aonde a primeira categoria seria referente as ciências hipotético-dedutivas (capazes de previsão e generalizantes, logo, capazes de “explicar”) enquanto à segunda pertencem as ciências do singular, dedicadas ao único, logo, incapazes de aferir recorrências. Respectivamente, o autor apresenta duas definições sincrônicas de explicar: “atribuir um fato a seu princípio ou uma teoria a uma outra mais geral” relativas ao primeiro caso e um “sentido fraco e familiar, como ao dizer: ‘Deixe-me explicar-lhe o que se passou e logo compreenderá’”²⁷. Consequentemente, a explicação histórica estaria no segundo caso que não configuraria uma explicação científica neste sentido moderno²⁸ e ultrapassado de divisão das ciências.

Da utilização conceitual destes ultrapassados conjuntos “nomológico” e “idiográfico”, surgirão críticas²⁹ plausíveis ao autor, porém, é possível indicar que ele as utiliza para resguardar a perspectiva científica na qual de fato a História nunca seria uma ciência, porém, se esta perspectiva está defasada, assim também está a opinião de que a História não poderia ser uma ciência - que o autor virá a demonstrar, se por ciência, entendermos seu sentido contemporâneo, cujas discussões seriam pautadas em filósofos como Karl

Popper³⁰.

24 Idem, p. 68.

25 DE CERTEAU, Michel. A Escrita da História. 1982. p. 48.

26 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 81.

27 Idem, p. 82

28 Por “moderno” aqui nos referimos à Idade Moderna e início da Idade Contemporânea pós-revolução francesa.

29 Cf. SIQUEIRA, Jorge. Paul Veyne em contra-ponto, Ou como não se escreve a História. 2001. p. 207-220.

30 Embora ele não use essas palavras, na página 233, o autor virá a indicar que se a ciência é apenas isso a que se referia



Ao nome da explicação que a história pode nos oferecer, chamaremos de “compreensão” - então, o historiador “faz compreender as tramas”³¹, que Veyne resume como uma ilusão construída pelo conceito de “retrodição”³², que é o preenchimento do conteúdo eminentemente lacunar das fontes para construção (os pós-modernos diriam “suavização”) da narrativa: “Esse preenchimento se faz de modo consciente por uma parte muito fraca, que é a das teorias e hipóteses; por uma parte muito maior isso é feito inconscientemente por ser suficientemente claro”³³. Por suficientemente claro, ele se refere ao nível de explicação referente ao que o senso comum já subentende, que se explicitado, acabaria por alongar a síntese. Logo, “em história, explicar é explicitar”³⁴ - porém, até qual nível? Dependeria, sempre, da subjetividade do historiador. Sobre a forma como essas teorias e hipóteses inerentes ao método que cada historiador pratica são desenvolvidas, o historiador Ivan Jablonka desenvolve uma argumentação em que as conceitua como “ficções de método”, que seriam a única ficção inerente à prática historiográfica e situa estas ficções sem desconstituir o realismo epistêmico historiográfico, como uma forma de responder as questões levantadas pela virada linguística; justificando-as em relação a plausibilidade e aprofundando a forma como se preenchem essas lacunas da documentação³⁵.

Agora, alcançamos a parte em que somos apresentados a uma das chaves para o pensamento historiográfico contemporâneo, e uma das principais contribuições de Veyne: a questão da causalidade. Dividindo as causas da história em três categorias, o autor acredita esgotar esta tipologia possível: “acaso” (sorte), “matéria” e a “liberdade” (deliberação). O “menor ‘fato’ histórico, se for humano, contém esses três elementos [...]”³⁶. As formas de abordagens da historiografia em suas múltiplas escolas sempre focaram em um destes aspectos, a concepção clássica via a história como um “teatro onde a Sorte se diverte”, se insistimos na liberdade humana, em suas opções, teremos a concepção idealista (Hegel, por exemplo ou uma história exclusivamente das mentalidades) e finalmente, se insistimos na matéria, uma vez que nossas liberdades empregam dados do meio, teremos a concepção marxista. É neste ponto que o autor apresenta uma das principais críticas pós-modernas a concepção marxista vulgar³⁷, “É inútil esperar que, [...] chegaríamos enfim, documentados, a estabelecer cientificamente que, em última instância, a matéria

essas excludentes terminologias, deixemos o termo para economia e enfim, para uma “praxiologia matemática”, pois o que fazemos os historiadores, sociólogos e etnólogos seria de fato, história. Logo, meu posicionamento se refere a forma como Karl Popper trabalha com graduações dentro das ciências, e não com o bipolarismo absoluto entre idiográfico e nomológico, e nesta perspectiva, certamente as ciências humanas permanecem ciências, e mesmo a ciência mais exata não postula verdades absolutas e atemporais.

31 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 82

32 Idem, p. 146.

33 Idem, p. 117.

34 Idem, p. 86.

35 Cf. JABLONKA, Ivan. A história é uma literatura contemporânea. 2020, cap. 8.

36 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 86.

37 Como bem enfatiza que tais críticas já houveram de ter sido discutidas internamente ao movimento marxista o autor José Jorge Siqueira. Cf. SIQUEIRA, Jorge. Op. Cit. p. 214.



comanda tudo ou que, ao contrário, são as mentalidades que o fazem: por mais profunda que seja a explicação histórica, ela jamais encontrará fronteiras”³⁸.

Desta forma, critica a concepção marxista de superestrutura e infraestrutura e sua generalidade em prol, novamente, da especificidade do caso concreto, do vivido, do “sublunar”. Essa crítica não se limita a escola marxista, mas se expande as

*três concepções da história que correspondem a esses três aspectos: a teoria materialista da história, a história das mentalidades, a distinção das causas superficiais e das profundas; não pretendemos refutá-las, mas mostrar seu caráter relativo quanto à ação humana, que é um todo, e seu caráter provisório quanto à explicação histórica, que é uma devolução ao infinito*³⁹

Sobre as causas, comenta sobre a tipificação entre profundas ou superficiais e por meio de vários exemplos acaba por apontar para um caráter subjetivo, algo que vai depender das especificidades e da construção da trama. Porém, destaca-se que as causas não são equivalentes e que no campo factual não seria possível, sem objeções, hierarquizá-las livremente. Algumas de suas diretrizes podem ser sintetizadas pela citação:

*[,,] alguns acontecimentos, a revolução de 1789 e a de 1917, têm causas profundas; não é verdadeiro que a história, em última instância, seja guiada exclusivamente por causas profundas, subida da burguesia ou missão histórica do proletariado: seria bom demais. Compreender a história não consiste, pois, em saber discernir grandes correntes submarinas por baixo da agitação superficial: a história não tem profundezas.*⁴⁰

Fica nítida a denegação de qualquer forma metafísica reticente ainda presente na explicação histórica.

Se não existem “grandes correntes submarinas” que movem a história, nada transcendente além do humanamente praticado, do superficial, enfim, nada que não possamos entender, e se na história o que buscamos são as especificidades dos eventos, qual o lugar para os conceitos? Ou melhor, o que são os “conceitos” em História, como “revolução”, “guerra”, “conflitos cidade-campo”? Veyne contesta a autoridade conceitual enquanto forma de explicação histórica uma vez que eles homogeneizam os eventos, os generalizando. Os conceitos, para o autor, começariam por “teorias”, que implicariam por si em “tipologias”, cuja cristalização resultariam em “conceitos”; estes conceitos dão a ilusão de explicarem a história enquanto são apenas resumos de tramas construídas pelos historiadores - assim como os tipos e as teorias⁴¹. Embora tenham seu valor didático, Veyne aponta para o risco sempre eminente de anacronismo no uso conceitual por parte do historiador, uma vez que,

38 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 87.

39 Idem, p. 88.

40 Idem, p. 93.

41 Idem, p. 100.



como dito previamente, esses conceitos ignoram as especificidades do vivido. Existem críticas ferrenhas a esta perspectiva, uma vez que somada a possível interpretação de que a História apenas seria capaz de descrever, e não explicar, tomada fora do contexto hipotético-dedutivo e de um modelo epistemológico científico ultrapassado, poderia imputar uma limitação crítica ao trabalho histórico que não poderia sequer relacionar sinteticamente situações com condições similares entre si, como o exemplo do escravismo no Brasil Colonial apresentado por José Siqueira⁴². Porém, há de se ressaltar que o autor aponta os perigos do uso dos conceitos e não os rechaça completamente, como se eles sequer tivessem razão de existir, uma vez que eles devem/podem surgir no final da análise, no final da construção do trabalho, e servem como síntese daquilo que foi concluído.

Se não é possível definir um núcleo essencial para essas categorias teóricas, já que no vivido o discernimento acerca delas é modificado ao longo das eras, não podemos invariavelmente aplicá-las na trama; por isso, a “História da Loucura”⁴³ de Michel Foucault teve e ainda tem tanto destaque e nas ciências humanas, uma vez que a análise desnaturalizou o objeto “loucura” para mostrar os diferentes discursos que o “objetivaram” ao longo dos períodos analisados. O ato de objetivar vem, então, a ser outra chave para várias fechaduras no pensamento pós-moderno, se entende por sua definição o ato de construir objetos a partir de uma determinada prática humana, que pode ou não ser científica, logo, os conceitos que conhecemos na História são objetos objetivados por determinada prática - guerra, cidades, burgos, burguesia, revolução, etc. pela prática historiográfica. Todas essas generalizações são objetos, que por vezes, soam tão naturais que sequer é perceptível superficialmente que eles também são datados e sua representação se modifica com o tempo. Com isso dito, um historiador sério, ao utilizar um conceito generalizante como “religião”, teria que especificar como era entendido esse conjunto heterogêneo no recorte que ele deseja construir, pois “empregar um conceito pensando que é suficientemente claro é arriscar um anacronismo implícito”.⁴⁴

Neste sentido, após o alerta sobre a ausência de um método para a história e o perigo das teorias e conceitos dentro deste campo de conhecimento, o que resta? Buscar novos caminhos, novas alternativas, o que retoma o sentido geral do texto, a resposta para a pergunta que não cala: como explorar o “não-factual”? Para construir uma alternativa e justificar o trajeto percorrido pela disciplina, o autor nos apresenta o conceito clássico de “*topoi*”, cujo desenvolvimento seria o único progresso que o conhecimento histórico pode fazer⁴⁵. Os *topoi* nada mais são do que “tópicos”, logo, o único progresso da História seria esta espécie de jurisprudência metodológica, o desenvolvimento e criação de novos *topoi*.

42 SIQUEIRA, Jorge. Op. Cit. p. 219.

43 Cf. FOUCAULT, Michel. História da loucura na idade clássica. 1978.

44 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 112.

45 Idem, p. 181.

Esse histórico indica diretrizes para a construção de novas pesquisas, novos objetos e até de outras formas de abordagem, que por virem a existir, automaticamente o renovam. Neste conjunto de tópicos, para uma elucidação mais completa, é passível incluir os preceitos metodológicos das várias gerações da Escola de Annales, dos positivistas, dos marxistas, etc. - É aqui que se situa todo o trabalho “metodológico” de tantos livros, de tantos historiadores, que certamente são apreciados; ressalta-se que não havendo um método para História, único, não possa haver métodos para a História, vários.

Como uma busca do não-factual, uma visão teórica de como a História poderá progredir, o autor teoriza: para nos aproximarmos de uma “História total”⁴⁶, que seria uma “ciência formal do homem”⁴⁷, a História teria que anexar a si a área de atuação da sociologia e da etnologia, que para o autor, nunca deveriam sequer existir como ciências independentes⁴⁸. Dito isso, essa ciência virtual estaria imersa na vocação original da História e para chegar lá, pontua:

Em suma, a história, para tomar-se completa, deve livrar-se de três limitações: a oposição do contemporâneo e do histórico, a convenção do continuum, a ótica factual; a salvação está, pois, do lado da ‘sociologia’ e da ‘etnografia’ das sociedades contemporâneas, da história ‘comparada’, enfim, da história não-factual com sua decomposição das ‘temporalidades em profundidade’⁴⁹

Assim, o autor desenvolve sua crítica à unidade científica da Sociologia que não pretendemos exaurir, porém, em suma, comentando a análise dos *habitat* urbanos realizada por Weber em “*La Cité*”, demonstra que quando a sociologia trabalha com séries e dados, nada mais faz do que uma História comparada:

Uma história que se tornou, desse modo, completa é a verdade da sociologia. A mais exemplar obra histórica do nosso século é a de Max Weber, que suprime as fronteiras entre a história tradicional, de que tem o realismo, a sociologia, de que tem as ambições, e a história comparada, de que tem a envergadura. Weber [...] foi [...] quem levou a evolução do gênero a seu termo lógico: uma história que se subtraiu completamente à singularidade espaço-temporal e que, já que tudo é histórico, se atribui, livremente, seus objetos. A obra de Weber - que, sociologia ‘de compreensão’, não procura estabelecer leis - é, verdadeiramente, história [...] Da comparação, Weber não tira regras; no máximo, constata que, por razões compreensíveis (e, por conseguinte, inseparáveis de uma situação histórica concreta com a qual a regra formal mantém intercâmbios sub-reptícios), determinado tipo de acontecimento “favorece” um outro. Tudo se apresenta em nuances,

46 Idem, p. 214-231, temática do cap. 12.

47 Idem, p. 216-217.

48 O autor não intenta, com essas críticas, menosprezar o trabalho construído por profissionais dessas disciplinas, mas demonstrar que, de fato, os trabalhos dessas disciplinas não são mais partes de outras disciplinas já existentes como a História e a Filosofia. Cf. cap. 12 do livro para uma compreensão mais profunda da argumentação.

49 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 231.



*mais ou menos, como sempre em história [...]*⁵⁰

São com essas reflexões que o autor finaliza seu escrito original, antes da adição de “Foucault revoluciona a história”. Aonde aponta a necessidade de rever certas explicações que, comumente, caíem em algum conceito teórico, que ele chamaria “objeto naturalizado”. Estes conceitos, que já vimos sua crítica prévia, acabariam por simplificar a explicação: por meio de uma longa argumentação usando como exemplo a mudança política no Império Romano, sobre a proibição das gladiaturas no séc. III, o autor aponta como a ideia de influência cristã e do humanismo eram, *a priori*, a explicação mais aceita, porém, atualmente, é conclusivo que a decadência do Senado seria uma ou senão a principal causa⁵¹. Logo,

*Dito de outra maneira, é preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela; pois é por isso que existe o que chamei anteriormente, usando uma expressão popular, de ‘parte oculta do iceberg’: porque esquecemos a prática para não mais ver senão os objetos que a reificam a nossos olhos.*⁵²

Neste sentido, uma das propostas para renovação da prática historiográfica seria a mudança de abordagem de uma perspectiva espaço-temporal para a análise das “práticas” humanas. O autor atribui este novo paradigma à contribuição “foucaultiana”, por isso o título do texto. Por meio dessa nova ênfase, conseguiríamos nos libertar dos “eternos fantasmas que a linguagem suscita em nós” pois “a prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas (a palavra significa exatamente o que diz)”⁵³. Tal proposta nos impele a metodologicamente tentar praticar a história comparada como uma forma de fugir do *continuum* espaço-temporal e se justificaria uma vez que “julgar as pessoas por seus atos não é julgá-las por suas ideologias; é, também, não as julgar a partir de grandes noções eternas - os governados, o Estado, a liberdade, a essência da política - que banalizam e tornam anacrônica a originalidade das práticas sucessivas”⁵⁴.

Porém, é válido a reflexão: o que seriam as práticas, senão o que de fato a historiografia já era construída em torno? Se não eram os historiadores marxistas analistas das práticas econômicas, os idealistas das práticas humanas, sociais e psicológicas, cujo cálculo formal causal implicaria em práticas políticas? Logo, essa redefinição de foco viria a suscitar uma igualdade em nível preconceitual, ou melhor, o descarte deste nível em prol de um trabalho analítico construído caso a caso; seu paradoxo seria a concepção, *a priori*, de

50 Idem, p. 231-232.

51 Idem, p. 239-243.

52 Idem, p. 243.

53 Idem, p. 248. Destaco que, na minha interpretação, o autor por “fantasmas” se refere a “reificação” dos objetos naturalizados que representam esses grandes conceitos teóricos que permeiam a descrição histórica.

54 Idem, *ibidem*.



uma ausência dogmática que viria a constituir seu principal dogma. Dito isso, vemos que é necessário ser precavido com os objetos naturalizados para que eles não determinem a prática historiográfica, ao mesmo tempo, não podemos deixar de considerar a criação de novos objetos que podem ser naturalizados já que eles detêm valor sintético e didático, e que por sua vez, não devem ser usados como *partis pris* explicativos.

Este método não seria válido apenas para o historiador analisar o que foi feito pelas pessoas, mas também o que foi dito. Para tanto, só mudaria a análise das práticas para a análise do “discurso”. Para o autor, Foucault seria o maior materialista da historiografia, uma vez que ele não nos revela um “nível misterioso, diferente daquele que todos nós temos ouvido”, mas apenas nos convida a observar, com exatidão, o que assim é dito⁵⁵ - ou feito. Tanto as práticas quanto os discursos só existem e só são passíveis de fazerem sentido com relação à outras práticas e outros discursos, aonde estes tomam forma e também reformam os respectivos vizinhos⁵⁶. Esta mudança de eixo do isolamento de um aspecto para pensar-lhe conforme suas relações é consonante as mudanças ocorridas também no paradigma da Física, com a Física Moderna, após a teoria quântica aonde

*Os físicos não lidam com ‘coisas’, mas com relações. Ou ainda, como escreveu o físico Niels Bohr, ‘as partículas materiais isoladas são abstrações, e suas propriedades são definíveis e observáveis somente através de sua interação com outros sistemas’. Dessa forma, o foco da análise da física não seria mais o objeto, mas as relações, porque isoladamente a natureza, no nível subatômico, não revelaria qualquer objeto. Assim, se não temos objetos, nem um mundo a ser descoberto, mas relações ou interconexões, as palavras também, ao serem enunciadas, não oferecem por si a verdade do mundo. Por extensão, não é possível mais estabelecer definições em que as palavras ou os conceitos conteriam o próprio sentido e significado do mundo.*⁵⁷

Neste espírito,

Desconhecíamos que cada prática, tal como o conjunto da história a faz ser, engendra o objeto que lhe corresponde, do mesmo modo que a pereira produz peras e a macieira maçãs; não há objetos naturais, não há coisas. As coisas, os objetos

⁵⁵ Idem, p. 252.

⁵⁶ A argumentação que impele a uma perspectiva filosófica da relação como substituição de uma “filosofia do objeto tomado como fim” vai da página 255 até a 262, e é demasiado densa para ser trazida em sua totalidade a este artigo sem o alongar desnecessariamente. Porém, é necessário entender que para que exista uma prática, é necessária uma relação com outras práticas do mesmo período e anteriores, sendo a análise destas práticas grande parte do método “foucaultiano”. O mesmo vale para o discurso, que para fazer sentido e se constituir, é necessário estar, também, relacionado. “Substituamos, pois, essa filosofia do objeto tomado como fim ou como causa por uma filosofia da relação e encaremos o problema pelo meio, pela prática ou pelo discurso. Essa prática lança as objetivações que lhe correspondem e se fundamenta nas realidades do momento, quer dizer, nas objetivações das práticas vizinhas. Ou, melhor dizendo, preenche ativamente o vazio que essas práticas deixam, atualiza as virtualidades que estão prefiguradas no molde; [...]” p. 259. Se é desejado um aprofundamento, Cf. FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

⁵⁷ MONTENEGRO, Antonio T. Rachar as palavras, ou uma história a contrapelo. 2006, p. 46.



não são senão os correlatos das práticas. A ilusão do objeto natural ('os governados através da história') dissimula o caráter heterogêneo das práticas ('governado sobre regime x, sobre regime y'); daí todas as confusões dualistas, daí, também, a ilusão de 'escolha racional'⁵⁸

Portanto, “[...] esse paradoxo, que é a tese central de Foucault, e a mais original: o que é *feito*, o objeto, se explica pelo que foi o *fazer* em cada momento da história; enganamos quando pensamos que o fazer, a prática, se explica a partir do que é feito”⁵⁹. O erro estaria em, por exemplo, focar o estudo no objeto naturalizado “Estado” em detrimento das práticas que projetam esta objetivação em determinado contexto. A análise nunca deve se submeter a ilusão construída pela “reificação” das objetivações.

A partir das relações, entendemos a forma como filosoficamente o autor propõe que a existência e o devir funcionam, resgatando São Tomás de Aquino e o relacionando a Deleuze e Nietzsche⁶⁰, aonde o humano seria um “animal atualizador”⁶¹ por meio de sua vontade de poder, raramente consciente do seu papel, o qual ele apenas desempenha⁶²; a “atualização” não deve ser confundida com as causas, ela é inerente a própria existência humana, ela é a característica humana que faz com que as “engrenagens girem”. A

[...] prática, reforçada, eventualmente, pela consciência que dela têm, enche o vazio deixado pelas práticas vizinhas e se explica, conseqüentemente, a partir destas; não é sua consciência que explica sua prática e que se explicaria ela própria a partir das condições vizinhas ou como ideologia ou como caso de crença, superstição.⁶³

Portanto, a consciência da prática não determina a prática, ela é apenas uma variante na relação do sujeito com a prática, podendo sequer vir a existir. No entanto, não seria viável que a tomada de consciência da realidade concreta refletida e alterada por determinada prática não viria, possivelmente, ser o motor construção de uma nova prática outra? Esta possibilidade apontaria para um reducionismo na visão de Veyne, cujo fluxograma

58 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 256. A parte em negrito foi adaptada uma vez que o recorte original trazia uma sentença que, se retirada do contexto, não faria sentido, a original era: “amimar crianças não é administrar fluxos”.

59 Idem, p. 257.

60 Idem, p. 260. O autor aponta que a ideia de amor seria o motor da atualização em S. T. de Aquino, enquanto Deleuze traria, no seu lugar, o desejo nesta função. Passando por uma citação de Dante Allighieri na divina comédia (não referenciada na obra), “L’amor che muove il sole e l’altre stelle”, equipara os dois, destacando a função teleológica que S. T. de Aquino imbuiria neste virtual devir na sua perspectiva escolástica; Nietzsche segue a esta comparação quando Veyne traz o conceito de vontade de poder: “O homem tem, então, tamanha necessidade de ser rei? Pergunta vã: o homem tem uma ‘vontade de poder’, de atualização, que é indeterminada [...]”.

61 Idem, ibidem.

62 “Que, por um acaso de nascimento, um certo bebê nasça no quarto do rei, como herdeiro do trono, e que, automaticamente, passe a interessar-se pelo ofício de rei, que ele não abandonaria por um império, ou melhor, que ele sequer se coloque a questão de saber se quer ser rei; ele o é, eis tudo; é isso o desejo. O homem tem, então, tamanha necessidade de ser rei? Pergunta vã: o homem tem uma “vontade de poder”, de atualização, que é indeterminada: não é a felicidade que busca; ele não tem uma lista de necessidades determinadas para serem satisfeitas, depois do que se abandonaria ao repouso numa poltrona, em seu quarto; ele é um animal atualizador e realiza as virtualidades de todo tipo que se lhe apresentam.” Argumentação presente na p. 260.

63 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 261.



acabaria por simplificar e reduzir a responsabilidade da consciência na existência. Se a busca é pelas especificidades do concreto, não se deve generalizar o mecanismo do devir por meio de uma fórmula estrutural análoga ao pensamento marxista vulgar, em que a superestrutura seria o conjunto das práticas. Porém, como só se entende as práticas em suas relações, ressalta-se que a tomada de consciência do reflexo de determinada prática parte da prática e por isso viria a ser possível construir novas práticas. Logo, é conclusivo que é necessário a total abstração de qualquer noção estruturalista para enxergar a consciência como uma possibilidade individual diante das práticas, e é nesta teia de relações que acontece esta renovação.

O autor, assim, critica o conceito de ideologia que nasceria da soma da banalização ao corte efetuado, em nome do materialismo, da prática com a consciência⁶⁴; e a partir da aceitação deste conceito, se reduz a buscar a partir da ideologia toda a peculiaridade da prática, e o objeto natural (categoria teórica) tem sua diversidade reduzida as ideologias sucessivas. O mesmo que vale para a ideologia, vale para a noção de crença, que por sua vez cairia numa perspectiva idealista inexplicável⁶⁵. O autor ressalta:

Em uma palavra ou em cem, ideologia é coisa que não existe, [...]. Ele designa, algumas vezes, uma abstração, isto é, a significação de uma prática [...] outras vezes, realidades mais ou menos livrescas, doutrinas políticas, filosofias, até religiões, quer dizer, práticas discursivas.

Por isso, “Foucault não diz: ‘De minha parte, prefiro o descontínuo, os cortes’, mas: ‘Desconfiem das falsas continuidades’”⁶⁶, para que sejam desnaturalizados os objetos naturais ao longo dos diferentes períodos em prol da busca do discernimento acerca das práticas que os objetivaram.

À guisa de conclusão, Veyne oferece uma perspectiva questionadora, que valoriza o caráter indeterminado e específico da história em seus variados períodos, que questiona o senso comum e a aceitabilidade genérica dos conceitos e objetos naturais que permeiam nosso *cogito* e que nos impelem ao anacronismo. Ao mesmo tempo, não propõe uma análise que transcenda o material para algo que não está ali, para um “não-dito” metafísico ou para uma consciência inexplicável. Naturalmente, é difícil “abrir-se ao diferente, autoquestionar-se, perder as certezas, sair do pedestal da crença na verdade é um

64 Idem, ibidem.

65 Para evitar confusões, não é que não existam crenças, mas que não se pode atribuir apenas a ela as causas dos eventos, senão, estaríamos presos em um curto-circuito explicativo. Cf. “A gênese da noção de crença é sensivelmente a mesma: atribui-se a alguma superstição o comportamento das pessoas, e, quando se afasta do caminho banal, essa superstição torna-se, ela própria, incompreensível. [...]. Mas, se a mentalidade e a crença explicam a prática, fica por explicar o inexplicável, isto é, a própria crença. Ficaremos reduzidos a constatar, lamentavelmente, que, por vezes, as pessoas crêem e, por vezes, não crêem, que não as fazemos acreditar em qualquer ideologia simplesmente pedindo-lhes isso e que, por outro lado, são bem capazes de acreditar em coisas que, no plano da crença, são contraditórias entre elas, ainda que na prática se acomodem muito bem”. p. 262.

66 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 269.



movimento que demanda mais do que inteligência”⁶⁷. Porém, nem as limitações do real justificam a construção de fantasmas para legitimar esta ou aquela perspectiva explicativa. O que é mais historicamente antropológico do que buscar o que os homens fizeram em detrimentos das coisas isoladas? “Justamente, não há coisas: só existem práticas. É essa a palavra-chave dessa nova metodologia da História”⁶⁸.

67 RAGO, Margareth. Foucault, história e anarquismo. 2015, p. 5.

68 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 264.



REFERÊNCIAS

- DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, F.; SILVA, R. F. (Orgs). **Nova história em perspectiva (vol. 1)**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea**. Brasília: Ed. UnB, 2020.
- MONTENEGRO, Antonio T. **Rachar as palavras, ou uma história a contrapelo**. In: Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 37-62, junho 2006.
- RAGO, Margareth. **Foucault, história e anarquismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.
- SIQUEIRA, Jorge. **Paul Veyne em contra-ponto, Ou como não se escreve a História**. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), Recife, v. 19, p. 207-220, 2001.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp. 4a ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. 1973.